

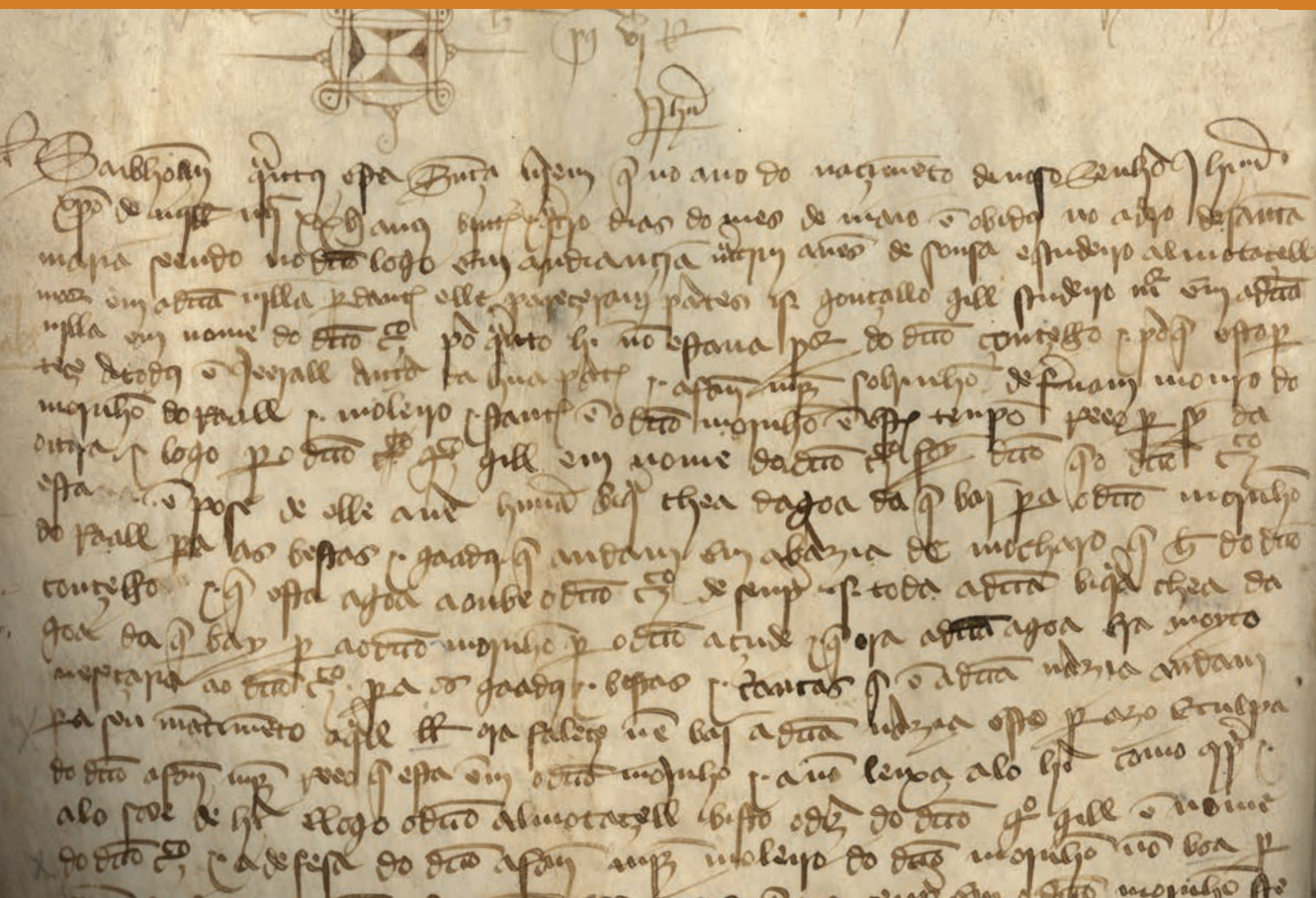
# DOCUMENTOS DOS CONCELHOS MEDIEVAIS PORTUGUESES

DIREÇÃO DE GONÇALO MELO DA SILVA

VOLUME 1

## TOMBO DO CONCELHO DE ÓBIDOS

MANUELA SANTOS SILVA,  
GONÇALO MELO DA SILVA (coords.)



O projeto *MEDDOCS: Digital Edition of Portuguese Medieval Documents* criou a coleção Documentos dos Concelhos Medievais Portugueses a fim de contribuir para uma edição mais sistemática, coesa e acessível da documentação dos municípios portugueses inédita, desde as suas origens a 1521, conservada nos arquivos municipais e distritais. O formato de edição adotado foi o *digital*, sendo publicada uma versão impressa sempre que o apoio de outras instituições o permitir. Os exemplares editados serão disponibilizados no Repositório da Universidade Nova de Lisboa para respeitar os princípios da Ciência Aberta e FAIR, as boas práticas seguidas atualmente no tratamento e publicação de textos históricos e potenciar a disseminação dos testemunhos escritos junto da comunidade científica e da sociedade civil, sobretudo do público escolar. A escolha da documentação a editar tem em linha de conta o cumprimento dos seguintes critérios, embora a eles não se limite: I) privilegiar documentos preservados em arquivos localizados em áreas consideradas periféricas, afastadas dos estabelecimentos de ensino superior e unidades de investigação e sem recursos técnicos e humanos suficientes para o realizar; II) promover sinergias entre investigadores a fim de potenciar o trabalho já realizado sobre os testemunhos escritos a editar; III) fomentar o estudo e reflexão sobre tipologia dos documentos dos concelhos menos exploradas pela historiografia portuguesa; IV) apostar na disponibilização de registos documentais mais expressivos para compreender e estudar o período medieval e a sua utilização nas épocas seguintes.

**Imagem de capa:**

**“O Tombo do Concelho de Óbidos” © Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Óbidos – PT/AHCMO/AL/LCP/LIV01, fl. 67v.**

DOCUMENTOS DOS CONCELHOS  
MEDIEVAIS PORTUGUESES

DIREÇÃO DE GONÇALO MELO DA SILVA

IEM – Instituto de Estudos Medievais

Volume 1 – Coleção  
DOCUMENTOS DOS CONCELHOS  
MEDIEVAIS PORTUGUESES



DOCUMENTOS DOS CONCELHOS  
MEDIEVAIS PORTUGUESES

Direção DE GONÇALO MELO DA SILVA

VOL. 1

TOMBO DO  
CONCELHO DE ÓBIDOS

COORDENAÇÃO DE MANUELA SANTOS SILVA E  
GONÇALO MELO DA SILVA

Lisboa 2024

### Arbitragem Científica

Adelaide Milán da Costa (Universidade Aberta)

Iria Gonçalves (Universidade Nova de Lisboa)

João Luís Inglês Fontes (Universidade Nova de Lisboa)

Maria Helena da Cruz Coelho (Universidade de Coimbra)

Virginia Maria Cuñat Ciscar (Universidad de Cantábria)

O Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH) é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Publicação financiada pela Câmara Municipal de Óbidos e por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do Projeto UIDP/00749/2020 (<https://doi.org/10.54499/UIDP/00749/2020>).

#### Como citar:

*Tombo do Concelho de Óbidos*. Coordenação de Manuela Santos SILVA e Gonçalo Melo da SILVA, Introdução de Manuela Santos SILVA, Revisão de Filipa ROLDÃO, Gonçalo Melo da SILVA, Pedro PINTO, Manuela Santos SILVA, transcrição de Filipa ROLDÃO, vol. 1 dos *Documentos dos Concelhos Medievais Portugueses*, SILVA, Gonçalo Melo da (dir.). Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Câmara Municipal de Óbidos, 2024.

Título da coleção	<b>Documentos dos Concelhos Medievais Portugueses</b>
Título do volume	<b>Tombo do Concelho de Óbidos</b>
Direção da coleção	Gonçalo Melo da Silva
Coordenadores do volume	Manuela Santos Silva e Gonçalo Melo da Silva
Revisão	Filipa Roldão, Gonçalo Melo da Silva, Pedro Pinto, Manuela Santos Silva
Edição	IEM – Instituto de Estudos Medievais; Câmara Municipal de Óbidos
Referência da imagem da capa	“ <i>O Tombo do Concelho de Óbidos</i> ”, Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Óbidos – PT/AHCMO/AL/LCP/LIV01, fl. 67v.
ISBN	978-989-35379-9-2 (IEM)   978-972-9132-22-3 (C. M. Óbidos)
Design e execução	Ana Pacheco
Depósito legal	537645/24
Impressão	Sersilito – Empresa Gráfica, Lda.

# Índice

<b>Nota de abertura</b> .....	IX
<i>Eng. Filipe Daniel</i>	
<b>Prefácio</b> .....	XI
<i>João Luís Fontes e Catarina Tente</i>	
<b>Os documentos dos concelhos no Portugal Medieval: um enquadramento</b> .....	1
<i>Gonçalo Melo da Silva</i>	
<b>O Tombo Quatrocentista do Concelho de Óbidos: construção da memória de uma vila régia do senhorio das rainhas de Portugal</b> .....	21
<i>Manuela Santos Silva</i>	
<i>Tombo do Concelho de Óbidos</i>	
<b>Normas de edição e transcrição</b> .....	41
<b>Transcrição</b> .....	43
<b>Índice Analítico</b> .....	85

# Os documentos dos concelhos no Portugal Medieval: um enquadramento

Gonçalo Melo da Silva<sup>1</sup>

Nos séculos XIV e XV, em Portugal, os concelhos registaram importantes alterações no seu quadro administrativo, como a criação de novos oficiais, a fim de garantir uma gestão política, administrativa, financeira e judicial mais eficaz, assim como responder com rapidez aos problemas vividos pelos seus habitantes e às solicitações, pedidos e ordens dos monarcas<sup>2</sup>. Os governantes dos núcleos urbanos assentavam o exercício do seu poder na palavra escrita. Estes, apesar de continuarem a recorrer a tabeliães<sup>3</sup>, eram agora assessorados cada vez mais por um corpo de profissionais especializado no ato de redigir e contar. Entre estes figuravam o escrivão do concelho, também dito do vereamento ou da câmara, o da almotaçaria e o dos órfãos, a que se podiam juntar outros, consoante a dimensão e as exigências da governança do aglomerado urbano, como o escrivão da aposentadoria, o dos hospitais e o dos peões.

---

<sup>1</sup> IEM, NOVA FCSH. Este trabalho foi realizado no âmbito do projeto estratégico do Instituto de Estudos Medievais (IEM, Universidade Nova de Lisboa) financiado pela FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P.), Financiamento plurianual, com a referência UIDP/00749/2020.

<sup>2</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, vol. IV da *Nova História de Portugal*, SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (Dirs.). Lisboa: Editorial Presença, 1987, pp. 198-203; COELHO, Maria Helena da Cruz, “Concelhos”, in SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (dirs.), *Nova História de Portugal*. vol. III: *Portugal em definição de Fronteiras (1096-1325). Do Condado portugalense à Crise do Século XIV*, Maria Helena da Cruz COELHO e Armando Luís de Carvalho HOMEM (coords.) Lisboa: Editorial Presença, 1996, pp. 582-584.

<sup>3</sup> COSTA, Adelaide, “As actas camarárias portuguesas da Idade Média: questões em aberto”. In FONSECA, Luís Adão da; AMARAL, Luís Carlos; SANTOS, Maria Fernanda Ferreira (coord.), *Os reinos ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem a Humberto Carlos Baquero Moreno*, vol. 1. Porto: Livraria Civilização Editora, 2003, p. 84.

Em algumas vilas e cidades, como demonstrou Maria Helena da Cruz Coelho, podia ainda existir um chanceler<sup>4</sup>.

Os oficiais concelhios emitiam, recebiam e guardavam um número considerável e diversificado de documentos. Em Portugal, a diplomática municipal, ao contrário de outros ramos da disciplina, registou um desenvolvimento mais tardio<sup>5</sup> e um número de estudos mais escasso<sup>6</sup>. Todavia, os trabalhos realizados por José Marques, Maria Helena da Cruz Coelho, Armando Luís Carvalho Homem e Filipa Roldão<sup>7</sup> permitem-nos já ensaiar *grosso modo* uma divisão destes testemunhos escritos em dois grupos, a qual, na verdade, não se afasta muito, por exemplo, da realidade castelhana<sup>8</sup>: os *documentos concelhios* e os *documentos dos concelhos*. De acordo com Filipa Roldão, os primeiros consistem nos escritos emitidos pelo município, fosse pela comunidade urbana, fosse por algum oficial concelhio ou fosse ainda por algum indivíduo nomeado para representar a localidade. Encontramos, assim, como

<sup>4</sup> Leia-se sobre esta temática: COELHO, Maria Helena da Cruz, “A rede de comunicações concelhias nos séculos XIV e XV”, in COELHO, Maria Helena da Cruz (coord.), *As comunicações na Idade Média*. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2002, pp. 64-101; ROLDÃO, Filipa, *Escrita e poderes urbanos nos Concelhos de Coimbra, Santarém e Lisboa (1179-1325)*. Lisboa: s.n., 2006. Dissertação de Mestrado em Paleografia e Diplomática apresentada à FLUL, policopiada; COELHO, Maria Helena da Cruz, “Considerações em torno das chancelarias municipais. In BARATA, Maria do Rosário Themudo et al. (eds.), *Olhares sobre a história. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscopio, 2009, pp. 165-172; COELHO, Maria Helena da Cruz, “A Escrita no Mundo Urbano”, *História*, Vol. 34, N.º 1, (2015), pp. 16-34; ROLDÃO, Filipa, *A memória da cidade: escrita e poder em Évora (1415-1536)*. Évora: CIDEHUS, 2017; COELHO, Maria Helena da Cruz, “Práticas e memória da governança: escrever, comunicar, arquivar”, in ANDRADE, Amélia Aguiar e SILVA, Gonçalo Melo da (eds.), *Governar a cidade na Europa medieval | The governance of Medieval European towns*. Lisboa: IEM, Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2021, pp. 21-39.

<sup>5</sup> O mesmo verificou-se para a diplomática municipal castelhana. SANZ FUENTES, Maria Josefa, “De Diplomática concejil castellana en la Edad Media. Una nueva propuesta de clasificación documental”, in CHERUBINI, Paolo e NICOLAJ, Giovanna (eds.), *Sit liber gratus, quem servulus est operatus. Studi in onore di Alessandro Pratesi per il suo 90o compleanno*. Città del Vaticano: Scuola Vaticana di Paleografia, Diplomatica e Archivistica, 2012, vol. I, pp. 535-548; Idem, “De Diplomática concejil. Estado de la cuestión”, in PUEYO COLOMINA, Pilar (coord.), *Lugares de escritura: la ciudad*. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”, Diputación de Zaragoza, 2015, pp. 15-30.

<sup>6</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz, “A Diplomática em Portugal. Caminhos mais antigos e mais recentes”, in COELHO, Maria Helena da Cruz; SANTOS, Maria José Azevedo; GOMES, Saul António e MORUJÃO, Maria do Rosário, *Estudos de Diplomática Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001, pp. 34-35. Esta investigadora realizou junto com José Marques e Armando Luís de Carvalho Homem um estudo pioneiro neste campo: MARQUES, José; COELHO, Maria Helena da Cruz e HOMEM, Armando Luís de Carvalho, “Diplomatique municipale portugaise (XIII<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècles)”, in PREVENIER, Walter e HEMPTINNE, Thérèse de (eds.), *La Diplomatie Urbaine en Europe au Moyen Âge. Actes du congrès de la Commission Internationale de Diplomatie*, Gand, 25-29 août 1998, Leuven-Apeldoorn, Garant, 2000, pp. 281-306.

<sup>7</sup> Filipa Roldão e Pedro Pinto encontram-se a desenvolver um estudo sobre o conteúdo dos arquivos municipais, no âmbito do projeto: FRONTOWNS: *Pensa em grande sobre as pequenas vilas de fronteira: Alto Alentejo e Alta Extremadura leonesa (séculos XIII-XVI)*, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/HAR-HIS/3024/2020).

<sup>8</sup> PINO REBOLLEDO, Fernando, *Tipología de los documentos municipales (siglos XII-XVII)*. Valladolid: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Valladolid, 1991; CUÑAT CISCAR, Virginia Maria, “La memoria del poder concejil: el documento escrito”, in SOLORZANO TELECHEA, Jesus Angel e ARIGAZA BOLUMBURU, Beatriz (eds.), *La gobernanza de la ciudad europea en la Edad Media*. Logrono: Instituto de Estudios Riojanos, 2011, pp. 517-547.

documentos concelhios, por exemplo, os livros das atas de vereação<sup>9</sup>, as posturas<sup>10</sup> e os livros de contas<sup>11</sup>. A mesma investigadora alerta, porém, que as escrituras não emitidas pelo concelho, mas com o seu selo não devem ser incluídas neste núcleo, devido ao município não ser o seu autor jurídico<sup>12</sup>. Recordamos, a título de exemplo, o acordo estabelecido entre o Mosteiro de Santa Cruz e D. Loba, viúva de Martim Afonso de Abrantes, sobre uns moinhos situadas em Abrantes, o qual foi validado com o selo de Santarém<sup>13</sup>.

Por seu lado, a designação *documento do concelho* assume um significado mais lato, englobando não só os escritos anteriores, mas também todos os diplomas que

<sup>9</sup> Sobre esta tipologia documental, consulte-se: COSTA, Adelaide Millán da, “Uma Fonte, um Universo: Vereações e Mundo Urbano”, *Penélope. Fazer e desfazer a História*, N.º 7, (1992), pp. 35-47; Idem, “As actas camarárias portuguesas da Idade Média: questões em aberto”, *Os reinos ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem a Humberto Carlos Baquero Moreno*. Porto: Livraria Civilização Editora, 2003, pp. 81-86. A listagem das atas de vereações medievais editadas até 2011 pode ser consultada em: COELHO, Maria Helena da Cruz, “Municipal power”, in MATTOSO, José (dir.); ROSA, Maria de Lurdes et al. (coords.), *The historiography of medieval Portugal (c. 1950-2010)*. Lisboa: IEM, 2011, pp. 226-227. Após 2011, foram publicadas as atas de vereação do Porto de 1485 a 1488 em: RIBEIRO, Marco Alexandre, *As Atas de Vereação do Porto de 1485 a 1488. Leitura Paleográfica, Publicação e Estudo Prévio*, Porto: s.n., 2019, Dissertação de Mestrado em Estudos Medievais, policopiada.

<sup>10</sup> Sobre a legislação municipal portuguesa, leia-se: LANGHANS, Franz-Paul, *Estudos de Direito Municipal. As posturas*, Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Instituto Jurídico, 1938; MACHADO, José Pedro e VELOSO, Francisco José, *Posturas do concelho de Lisboa (século XIV)*, Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa, 1974; RODRIGUES, Maria Teresa Campos, *Livro das Posturas antigas*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974; GONÇALVES, Iria, “Posturas Municipais e vida urbana na Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa”, *Um olhar sobre a cidade medieval*. Cascais: Patrimonia, 1996, pp. 77-95; HOMEM, Armando Luís de Carvalho; HOMEM, Maria Isabel Carvalho, “Lei e poder concelhio as posturas: o exemplo de Lisboa (sécs. XIV-XV) (primeira abordagem)”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, 3ª série, Vol. 7, N.º 1, (2006), pp. 35-50; VIANA, Mário, “Posturas municipais portuguesas: uma introdução”, in BARROS, Maria Filomena Lopes de e VIANA, Mário (eds.), *Posturas Municipais Portuguesas: séculos XIV-XVIII*. Ponta Delgada: Centro de Estudos Gaspar Frutuoso-Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, 2012, pp. 119-166; BARROS, Maria Filomena Lopes de; SANTOS, Maria Leonor F. O. Silva; *O Livro das Posturas Antigas da cidade de Évora*. Évora: CIDEHUS, 2018; FEIO, Rodolfo Petronilho, “Por prol e bom regimento”: a cidade e o trabalho nas *Posturas Antigas de Évora*. Coimbra: s.n., 2017, Dissertação de Mestrado em História, ramo de Idade Média apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada.

<sup>11</sup> Para uma visão global sobre os livros de contabilidade municipais, consulte-se: GONÇALVES, Iria, *As Finanças Municipais do Porto na segunda metade do século XV*. Porto: Arquivo Histórico, Câmara Municipal do Porto, 1983; MELO, Arnaldo Sousa, “Comptabilités municipales: les livres des comptes de Porto dans la deuxième moitié du XV<sup>e</sup> siècle”, *Comptabilités [En ligne] 2: Approche codicologique des documents comptables du Moyen Âge*. (2011); MELO, Arnaldo Sousa, “Le vocabulaire des comptabilités portugaises dans les livres de comptes municipaux de Porto de la deuxième moitié du XV<sup>e</sup> siècle”, *Comptabilités [Online] 4: Le vocabulaire et la rhétorique des comptabilités médiévales*, (2012); SILVA, Gonçalo Melo da, “Writing, Controlling and Auditing. The account books of Portuguese medieval small town: the case of Loulé”, *Anuario de Estudios Medievales*, vol. 53, N.º 2 (2023), no prelo. Foram também alvo de publicação e estudo os de Mós de Moncorvo, Montemor-o-Novo, Elvas e Loulé: MARQUES, José “A administração municipal de Mós de Moncorvo, em 1439”, *Brigantia – Revista de Cultura* Vol. 2, N.º 3-4, (1985), p. 543-560; FONSECA, Jorge, *Montemor-o-Novo no século XV*, Montemor-o-Novo, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1998; SEQUEIRA, Joana; FERREIRA, Sérgio, “Um olhar sobre o cartório medieval de Elvas (com transcrição integral do livro de receitas e despesas municipal de 1432-33)”, *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra* Vol. 34, N.º 1, (2021), pp. 43-84; SILVA, Gonçalo Melo da (coord.), *Os Livros de Receita e Despesa de Loulé (1375-1518)*.

<sup>12</sup> ROLDÃO, Filipa, *Escrita e poderes urbanos nos Concelhos de Coimbra, Santarém e Lisboa (1179-1325)*..., pp. 9-13.

<sup>13</sup> Idem, p. 37.

o município recebia e conservava de outros poderes, como a Coroa, e agentes, como os tabeliães. O exercício de identificar e classificar as tipologias dos *documentos dos concelhos* pode, talvez, resultar mais fácil, devido à edição de fontes documentais e aos estudos realizados sobre as mesmas e os seus emissores publicados nas últimas décadas. São disso exemplo as respostas do rei aos capítulos de cortes<sup>14</sup> e outras cartas emitidas pelo monarca<sup>15</sup>. Por sua vez, a tarefa de constituir um conjunto de grupos para dividir e catalogar os *documentos dos concelhos* resulta, por enquanto, bem mais difícil e, quiçá, algo prematuro. O mesmo pode ser pensado sobre a realização de ensaios comparativos com outros contextos europeus, como a península Itálica e a Flandres<sup>16</sup>, munidos de uma tradição historiográfica e diplomática mais robusta neste domínio.

Não obstante, a leitura cruzada dos resultados obtidos pela historiografia portuguesa até ao momento com as propostas já equacionadas por outras, como a castelhana, parece sugerir algumas semelhanças entre o caso português e a realidade conhecida para o reino vizinho, nomeadamente ao nível das tipologias emitidas pelos municípios. De igual modo, o caminho trilhado pela diplomática municipal na classificação dos documentos dos concelhos para outros reinos peninsulares medievais, sobretudo para a vizinha Castela, com o elaborar e reformular, por vezes, pela mão do mesmo autor<sup>17</sup>, de hipóteses de categorização dos diplomas, dá-nos algum alento para intentar algo de semelhante para o caso português. Longe de algo acabado ou definitivo, é sobretudo uma proposta ou, porventura, um conjunto de sugestões que, como as palavras empregues sugerem ao leitor, é passível e deve

<sup>14</sup> Um elenco de estudos realizados até 2010 sobre a presença dos concelhos em cortes e edição dos capítulos apresentados pode ser encontrado em: COELHO, Maria Helena da Cruz, “Municipal power...”, pp. 214-215, 227. Para o período seguinte, consulte-se: COSTA, Adelaide, “As cortes medievais portuguesas como lugar de discurso: a longevidade de uma interpretação historiográfica”, in NAVARRO ESPINACH, Germán; VILLANUEVA MORTE, Concepción (coords.), *Cortes y parlamentos en la Edad Media peninsular*. Murcia: Sociedad Española de Estudios Medievales, 2020, pp. 265-290; COELHO, Maria Helena da Cruz, “The ‘common good’ in the petitions and appeals of the medieval towns at the Portuguese Cortes”, *Parliaments, Estates and Representation*, Vol. 42, N.º 3, (2022), pp. 223-232.

<sup>15</sup> Sobre a tipologia de documentos expedidos pela chancelaria régia, consulte-se os estudos de Armando Carvalho Homem e dos seus alunos sobre o desembargo realizados até 2010 e elencados em: HOMEM, Armando Carvalho, “Central Power: Institutional and Political History in the Thirteenth-Fifteenth Centuries”, in MATTOSO, José (dir.); ROSA, Maria de Lurdes *et al.* (coords.), *The historiography of medieval Portugal (c. 1950-2010)*. Lisboa: IEM, 2011, pp. 179-208. Consulte-se também: FÁRIA, Diogo, *A Chancelaria de D. Manuel I. Contribuição para o estudo da burocracia régia e dos seus oficiais*. Porto: s.n., 2013, Dissertação de Mestrado em História Medieval e do Renascimento, policopiada, pp. 15-48.

<sup>16</sup> Por todos, consulte-se a título de exemplo as contribuições reunidas em: PREVENIER, Walter e HEMPTINNE, Thérèse de (eds.), *La Diplomatie Urbaine en Europe au Moyen Âge. Actes du congrès de la Commission Internationale de Diplomatie*, Gand, 25-29 août 1998, Leuven-Apeldoorn, Garant, 2000.

<sup>17</sup> PINO REBOLLEDO, Fernando, *Tipología de los documentos municipales (siglos XII-XVII)*; CUÑAT CISCAR, Virgínia María, “La memoria del poder concejil: el documento escrito...”, pp. 517-547. SANZ FUENTES, María Josefa, “De Diplomática concejil castellana en la Edad Media...”, pp. 535-548; SANZ FUENTES, María Josefa, “De Diplomática concejil. Estado de la cuestión...”, pp. 15-30.

ser discutida e ampliada, se não mesmo revista e corrigida por nós e por outros investigadores<sup>18</sup>.

Com efeito, os *documentos dos concelhos* parecem poder organizar-se, pelo menos, em quatro grupos, (Fig. 1) se atendermos à função de cada testemunho escrito. Em primeiro lugar, os *documentos constitutivos* que correspondem aos diplomas que criaram ou, quando já existia, reconheceram o estatuto legal do município. Estes atos definem o município, os seus membros, a sua área territorial e as suas competências, sendo outorgados por outros poderes, como a Coroa e senhores leigos e eclesiásticos. Neste grupo podem incluir-se, por exemplo, as cartas de foral, as de confirmação de textos foralengos, de privilégios e de concessão de termo. Seguem-se os *documentos de regime interno* ligados à regulamentação e funcionamento das instituições municipais e gestão dos recursos, sendo elaborados quase sempre pelos próprios concelhos. Entre eles figuram, por exemplo, os livros de atas de vereação, os livros de receitas e despesas e outros livros de contabilidade<sup>19</sup>, os cadernos de impostos, os tomos de propriedades e os cartulários municipais<sup>20</sup>. Estes últimos códices reúnem atos escritos emitidos e, o mais das vezes, recebidos pelo concelho, como privilégios, sentenças, acordos, inquirições, entre outros, a fim de salvaguardar a sua conservação, agilizar a sua consulta e construir instrumentos de memória<sup>21</sup>.

Por sua vez, os *documentos de relação* têm sido definidos como as escrituras emitidas pelos concelhos que se destinavam a indivíduos e instituições, implantados

<sup>18</sup> Agradecemos às professoras Maria Helena da Cruz Coelho e Virginia Maria Cuñat Ciscar a leitura atenta e minuciosa desta proposta de classificação dos documentos dos concelhos medievais portugueses, bem como as suas observações e recomendações que permitiram enriquecê-la ainda mais.

<sup>19</sup> Sobre este assunto, consulte-se: SILVA, Gonçalo Melo da; “Writing, Controlling and Auditing. The account books of medieval Portuguese towns: the case of Loulé”, *Anuario de Estudios Medievales*, Vol. 53, N.º 2, no prelo.

<sup>20</sup> As posturas não se revelam fáceis de classificar, uma vez que, apesar de serem de regime interno, são responsáveis também por regulamentar a relação dos concelhos com os moradores e indivíduos externos ao núcleo urbano. Assim, e seguindo a proposta desenvolvida para Castela, preferimos inserir esta tipologia nos *Documentos de relação*.

<sup>21</sup> Para o caso português, consulte-se: SARAIVA, Maria Teresa, *Figueira. Comenda da Ordem de Avis (Publicação de Fontes)*. Lisboa: Edições Colibri, 1997; CHORÃO, Maria José Mexia, “Livro das Ordenações da vila de Ourém”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Martim de Albuquerque*. Coimbra: Coimbra Editora, 2010, Vol. II, pp. 369-414; COSTA, Adelaide Millán da, “En busca de la identidad de las villas medievales portuguesas. El ejemplo de Coruche”, in JARA FUENTE, José Antonio (ed.), *Ante su identidad. La ciudad hispánica en la Baja Edad Media*. Cuenca: Universidad de Castilla-La Mancha, 2013, pp. 25-58; DUARTE, Luís Miguel, “Un livre pour faire la guerre: le “livro grande” du Porto (1442-1453)”, in CAVERO DOMÍNGUEZ, Gregoria (ed.), *Construir la memoria de la ciudad: espacios, poderes e identidades en la Edad Media (XII-XV)*. III, *La ciudad y su discurso*. León: Universidad de León, 2017, pp. 71-94; LOPES, Gonçalo, *O Livro do Tombo das Escrituras e Privilégios da Vila de Muge: 1467 (1727)*. Salvaterra de Magos: Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, 2020; PINTO, Pedro, “Sobre tomos concelhios medievais e modernos portugueses: contributo para um inventário”, in PINTO, Pedro, e RODRIGUES, Fernanda (eds.), *Tombo da vila de Sesimbra: o legado*, Vol. I. Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra, 2024, pp. 133-216. Agradecemos ao Pedro Pinto a disponibilização e consulta deste texto. Neste momento, Adelaide Millán Costa encontra-se a finalizar um estudo sobre alguns cartulários municipais portugueses nos séculos XV-XVI, a quem agradecemos a disponibilidade e troca de saberes constante em torno destes registos concelhios.

ou não na localidade<sup>22</sup>. Estes podem ser poderes superiores, como o rei e o senhor do núcleo urbano, iguais, como outros concelhos, diferentes, como as instituições eclesiásticas e os nobres, e inferiores, como os moradores e viajantes. Podemos, talvez, incluir também neste apartado alguns dos atos escritos que os municípios receberam destes poderes e agentes, como, por exemplo, cartas de quitação, sentenças e inquirições. Certo é que entre todos os grupos é este aquele que apresenta a maior diversidade de tipologias documentais, como, por exemplo, mandatos<sup>23</sup> e cartas de irmandade e vizinhança com outro(s) concelho(s)<sup>24</sup>. Cabe ainda salientar que esta categoria, tal como a seguinte, está mais em aberto do que as anteriores, dada a desmultiplicação de documentos que possa ter sido incorporada e a diversidade dos seus produtores, desde instituições, como as eclesiásticas<sup>25</sup>, a agentes, como os tabeliães<sup>26</sup>.

Podemos, por fim, equacionar um último grupo, os *documentos de instituições incorporadas*. Este reúne os conjuntos documentais gerados por outras entidades que

<sup>22</sup> PINO REBOLLEDO, Fernando, *Tipología de los documentos municipales (siglos XII-XVII)*..., pp. 21-29; CUÑAT CISCAR, Virgínia María, “La memoria del poder concejil: el documento escrito...”, pp. 529-539. SANZ FUENTES, María Josefa, “De Diplomática concejil castellana en la Edad Media...”, pp. 535-548.

<sup>23</sup> Parece ser esse o caso o terceiro documento encontrado no primeiro livro de receita e despesa de Loulé. SILVA, Gonçalo Melo da (coord.), *Os Livros de Receita e Despesa de Loulé (1375-1518)*. Loulé: Câmara Municipal de Loulé, 2022, p. 95.

<sup>24</sup> As cartas de vizinhança e irmandade publicadas são ainda escassas, sendo possível encontrar um exemplo em: Paulo, Jorge Afonso Silva, “Amizade e boa vizinhança do concelho de Sesimbra com os de Palmela e, Almada no sec. XV”, *Sesimbra Cultural*, N.º 1, (1991), pp. 18-20.

<sup>25</sup> Para uma visão sobre os estudos de diplomática eclesiástica em Portugal até 2010, consulte-se: COELHO, Maria Helena da Cruz, “A Diplomática em Portugal. Caminhos mais antigos e mais recentes...”, pp. 19-22, 31, 37-39; GOMES, Saul António, “Anotações de Diplomática Eclesiástica Portuguesa”, *ibidem*, pp. 41-72; *The historiography of medieval Portugal (c. 1950-2010)*; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa, “Working with Medieval Manuscripts and Records: Palaeography, Diplomatics, Codicology and Sigillography”, in MATTOSO, José (dir.); ROSA, Maria de Lurdes et al. (coords.), *The historiography of medieval Portugal (c. 1950-2010)*. Lisboa: IEM, 2011, pp. 52-57. Para o caso das tipologias documentais produzidas nas chancelarias episcopais, leia-se por exemplo: CUNHA, Maria Cristina Almeida e, *A chancelaria arquiépiscopal de Braga (1071-1244)*, Noia: Toxosouto, 2005, pp. 131-133; MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa, *A Sé de Coimbra: a instituição e a chancelaria (1080-1318)*, Lisboa: FCG, FCT, 2010, pp. 336-370; SILVA, Maria João Oliveira, *A escrita na catedral: a chancelaria episcopal do Porto na Idade Média*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2013, pp. 49-60. Quanto aos documentos emitidos por casas monásticas, consulte-se entre outros: COELHO, Maria Helena da Cruz, “Análise diplomática da produção documental do scriptorium de Lorvão (séculos X-XII)”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, Vol. 3, Porto: FLUP, 2006, pp. 387-403; GOMES, Saul Antonio, *In limine conscriptionis. Documentos, chancelaria e cultura no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: séculos XII a XIV*, Viseu: Palimage, 2007.

<sup>26</sup> Sendo já a bibliografia sobre estes oficiais da escrita extensa, limitamo-nos a referir alguns estudos que permitem conhecer as tipologias de documentação notarial: COELHO, Maria Helena da Cruz, “Os tabeliães em Portugal. Perfil profissional e sócio-económico”, in COELHO, Maria Helena da Cruz; SANTOS, Maria José Azevedo; GOMES, Saul António e MORUJÃO, Maria do Rosário, *Estudos de Diplomática Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001, pp. 119-121, 131-137; FRESCO, João Paulo de Oliveira, *O tabelião lisboeta Afonso Guterres: reconstrução e análise diplomatística da sua actividade de escrituração (1400-1441)*. Lisboa: s.n. 2006, Dissertação de Mestrado em Paleografia e Diplomática apresentada à FLUL, policopiada, vol. 1, pp. 75-87; SÁ-NOGUEIRA, Bernardo, *Tabelionado e instrumento público em Portugal: génesis e implantação: (1212-1279)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2008, pp.127-130, 460-462; SEABRA, Ricardo, *O tabelionado na cidade do Porto no século XV*. Porto: s.n., Tese de Doutoramento em História apresentada à FLUP, policopiada, pp. 76-99.

foram integrados no acervo concelhio no período medieval. Entre os casos possíveis de elencar, contam-se, por exemplo, os atos escritos criados e recebidos por alguns hospitais, confrarias, gafarias e capelas administradas pelos municípios, como revelam, entre outros, os casos de Montemor-o-Novo, onde a arca concelhia conservava 46 livros do hospital, em 1443<sup>27</sup>, e Castelo de Vide. Com efeito, em meados do século XVI, a arca deste último ainda guardava, pelo menos, dois documentos da albergaria de São Domingos, um contrato de emprazamento outorgado pelo concelho, em 1455, e uma inquirição que confirmava o direito do município de gerir a instituição assistencial, datada de 1526<sup>28</sup>.

Nos séculos XIV e XV, a administração municipal preferia guardar as suas escrituras normalmente numa arca, junto com outros símbolos identitários, como a bandeira, o selo e os pelouros, moedas e tesouros sagrados<sup>29</sup>, a qual se encontrava com frequência no paço do concelho<sup>30</sup>. Dentro desta, os diplomas podiam ser dispostos livremente ou acondicionados em sacos de panos<sup>31</sup>. Esta prática não impedia que os oficiais concelhios, incluindo os escrivães, trouxessem consigo documentação que consideravam necessária no exercício diário das suas funções, o que, por vezes, podia ir contra as normas estabelecidas para garantir a conservação dos diplomas concelhios. Na verdade, ao longo do século XV, multiplicam-se as notícias que revelam a preocupação das edilidades e dos monarcas com a salvaguarda e gestão da documentação escrita dos municípios<sup>32</sup>. Encontramo-los, assim, a regulamentar as características da arca, como o número de fechaduras, normalmente duas, os indivíduos que ficavam responsáveis pelas suas chaves e a saída de documentação da arca<sup>33</sup>, mas também a ordenar a realização de inventários dos documentos conservados<sup>34</sup> ou

<sup>27</sup> FONSECA, Jorge, *Montemor-o-Novo no século XV...*, pp. 28, 112.

<sup>28</sup> Biblioteca Laranjo Coelho, *Tombo de Castelo de Vide*, fls. 31v.º-35 (1526), 35-36 (1445).

<sup>29</sup> Sobre o conteúdo das arcas e o seu valor, leia-se: COELHO, Maria Helena da Cruz, "A Escrita no Mundo Urbano...", pp. 24, 25 e 33; Idem, "Práticas e memória da governança: escrever, comunicar, arquivar...", pp. 36-38.

<sup>30</sup> RIBEIRO, Cândida Fernanda, *O acesso à informação nos arquivos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, pp. 282-288; COELHO, Maria Helena da Cruz, "A Escrita no Mundo Urbano...", p. 24. *Actas de Vereação de Loulé. Séculos XIV-XV*. Separata da *Al-ulyã: Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*. Loulé: Arquivo Municipal de Loulé, 1999-2000, p. 80 (1402, Loulé).

<sup>31</sup> ROLDÃO, Filipa, *A memória da cidade: escrita e poder em Évora (1415-1536)...*, p. 36; COELHO, Maria Helena da Cruz, "A Escrita no Mundo Urbano...", p. 24.

<sup>32</sup> Leia-se sobre a interferência da Coroa nos arquivos concelhios: RIBEIRO, Cândida Fernanda, *O acesso à informação nos arquivos...*, pp. 282-288; ROLDÃO, Filipa, *A memória da cidade: escrita e poder em Évora (1415-1536)*.

<sup>33</sup> ROLDÃO, Filipa, *A memória da cidade: escrita e poder em Évora (1415-1536)...*, pp. 13-14, 40, 72, 159; COELHO, Maria Helena da Cruz, "Práticas e memória da governança: escrever, comunicar, arquivar...", p. 37.

<sup>34</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz, "A Escrita no Mundo Urbano...", p. 24. Para além dos inventários de Elvas e Montemor-o-Novo do século XV já conhecidos, foram publicados recentemente os inventários de Loulé (1381-1382) e Lousã (1383, post 1427): SILVA, Gonçalo Melo da (coord.), *Os Livros de Receita e Despesa de Loulé (1375-1518)...*; PINTO, Pedro e CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte, "Inventário das escrituras e das armas pertencentes ao concelho da Lousã (1382)", *Fragmenta Histórica - História, Paleografia e Diplomática*, N.º 10, (2022), pp. 146-148; PINTO, Pedro, "Registo de bens imóveis e inventário das escrituras e das armas pertencentes ao concelho da Lousã [post. 1427]", *Fragmenta Histórica - História, Paleografia e Diplomática*, N.º 10, (2022), pp. 150-154.

a solicitar traslados, a compilação de documentos avulsos em tombos ou o restauro dos suportes da escrita<sup>35</sup>.

Todavia, tanto as escrevaninhas como os arquivos municipais, espelhando o que se verifica em outras instituições, eram também locais de escolhas<sup>36</sup>, onde se identificavam e distinguíam os testemunhos escritos que deviam ser salvaguardados daqueles que deviam ser reutilizados e, por vezes, destruídos, embora nem sempre estes processos se revelem com clareza, aos olhos do historiador. Nas cortes de Leira de 1433 é possível colher um raro exemplo. Nesta assembleia, com o objetivo de evitar abusos cometidos pelos corregedores, os representantes dos concelhos pediram ao monarca que mandasse queimar os livros de receita e despesa, após a sua verificação, mas o rei não deferiu o pedido<sup>37</sup>. Mais bem conhecidos são os efeitos da guerra na destruição dos acervos concelhios, sobretudo os localizados na fronteira, como salientou Maria Helena da Cruz Coelho. Chegam-nos notícias no século XIV e, principalmente, na centúria seguinte, do roubo e destruição das arcas concelhias e do seu recheio em Montalegre, em Trás-os-Montes, em Penamacor e Monsanto, na Beira, e em Alter do Chão<sup>38</sup> e Arronches, no Entre-Tejo-e-Odiana. Em 1515, aquando da demarcação dos limites de Arronches com Ouguela e Albuquerque, os oficiais concelhios relatavam que a vila tinha sido conquistada duas vezes pelos castelhanos no passado, tendo perdido em cada uma dessas ocasiões as suas escrituras e tombos<sup>39</sup>.

Quando abandonamos a época medieval, ao longo das centúrias seguintes, os efeitos do tempo e, sobretudo, do Homem levaram à perda de quase toda a documentação medieval produzida e conservada pelos concelhos. Com efeito, em 1720, quando a Academia Real da História solicitou às instituições concelhias e eclesiásticas os *papéis* e *catálogos* dos seus arquivos para a redação da *Historia Ecclesiastica & Secular de Portugal*, já o panorama vivido um pouco por todo o reino se revelava entristecedor<sup>40</sup>, se atendermos ao caso já estudado das vilas e cidades do Algarve<sup>41</sup>. No final da centúria, a

<sup>35</sup> Em 1402, por exemplo, a vereação louletana ordenou ao procurador do concelho que mandasse forrar um livro com uma capa de pergaminho. *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV-XV*, p. 145. Algumas das práticas referidas, como a redação de inventários, foram já verificadas para cronologias anteriores.

<sup>36</sup> ROLDÃO, Filipa, *A memória da cidade: escrita e poder em Évora (1415-1536)*..., p. 12.

<sup>37</sup> SOUSA, Armindo de, *As cortes medievais portuguesas (1385-1490)*. Vol. 2. Porto: INIC, Centro de História da Universidade do Porto, 1990, p. 295.

<sup>38</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz, "Práticas e memória da governança: escrever, comunicar, arquivar...", p. 38.

<sup>39</sup> ANTT, *Gavetas, Gaveta XIV*, maço 5, n.º 18.

<sup>40</sup> Citado por: RIBEIRO, Cândida Fernanda, *O acesso à informação nos arquivos*..., pp. 231-251.

<sup>41</sup> BAIÃO, António, *A Infância da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1934; IRIA, Alberto, "Os Arquivos municipais do Algarve e a Restauração: nótulas para a sua história e elementos para a historiografia local", *Boletim da Junta de Província do Algarve*. Número Único, 1940, pp. 10; IRIA, Alberto, "Os Arquivos Municipais do Algarve e a Academia Real da História Portuguesa (1729-1732)" (Subsídios para a história local)", *Anais das Bibliotecas e Arquivos*. 2ª série, Vol. 17, N.ºs 69 e 70, (1945), p. 175-190, Vol. 19, N.ºs 73 e 74, (1947), pp. 117-149; IRIA, Alberto, *O Algarve e os Descobrimientos*. Vol. II, t. II dos *Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua História*, MARQUES, João Silva (dir.). Lisboa: INIC, 1988, pp. 9-15; SILVA, Gonçalo Melo da, *As Portas do Mar Oceano: Vilas e Cidades Portuárias do Algarve na Idade*

recém-fundada Academia Real das Ciências<sup>42</sup>, herdeira da Academia Real de História, prosseguiu o interesse pelos arquivos municipais e eclesiásticos, encarregando alguns dos seus membros de visitarem as instituições detentoras de tais acervos, em ordem à sua descrição e inventariação. Estas missões, ocorridas entre 1788 e 1794, incidiram sobre um conjunto alargado de localidades, sobretudo do litoral, e envolveram ilustres académicos, com conhecimentos reconhecidos ao nível paleográfico e diplomático, como João Pedro Ribeiro, Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, Frei Joaquim de Santo Agostinho e Monsenhor Joaquim José Ferreira Gordo. Os académicos foram ainda responsáveis pela cópia de alguns documentos municipais, quase sempre associados ao período medieval, como foi o caso de Frei Joaquim de Santo Agostinho<sup>43</sup>, e da edição de outros, como testemunham os trabalhos de João Pedro Ribeiro<sup>44</sup>.

No século XIX, acompanhando as propostas que chegavam de França sobre as comunas medievais, como as elaboradas por Augustin Thierry (1795-1856), François Guizot (1787-1874) ou Alexis de Tocqueville (1805-1859), em Portugal, vários políticos e historiadores ligados ao liberalismo consideravam os concelhos medievais como instituições herdeiras do município romano, democráticas e participativas, cujo passado importava conhecer, conservar e valorizar<sup>45</sup>. Em 1857, na sua *História de Portugal*, Alexandre Herculano chegou mesmo a afirmar que era dos concelhos que se esperava a *regeneração do nosso país*<sup>46</sup>. Apesar disso, e ao contrário do que se verificou na centúria anterior, a Academia de Ciências de Lisboa e os historiadores parecem não ter tido a preocupação de promover um conjunto

---

*Média (1249-1521)*. Lisboa: s.n., 2021, Doutoramento em História – Área de Especialização em História Medieval apresentada à FCSH-UNL, vol. 1, pp. 19-21.

<sup>42</sup> Consulte-se sobre esta instituição: SILVA, José, *A Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1834): ciências e hibridismo numa periferia europeia*. Lisboa: s.n., 2015. Tese de Doutoramento em História e Filosofia das Ciências apresentada à FCUL, policopiada.

<sup>43</sup> BAIÃO, António, *A Infância da Academia das Ciências de Lisboa...*; IRIA, Alberto, “Os Arquivos municipais do Algarve e a Restauração...”, p. 10; Idem, “Os Arquivos Municipais do Algarve e a Academia Real da História Portuguesa (1729-1732)...”, Vol. 17, N.ºs 69 e 70, (1945), pp. 175-190, Vol. 19, N.ºs 73 e 74, (1947), pp. 117-149; Idem, *O Algarve e os Descobrimentos...*, Vol. II, tomo II, pp. 11-17; SILVA, Gonçalo Melo da, *As Portas do Mar Oceano...*, pp. 21-22.

<sup>44</sup> RIBEIRO, João Pedro, *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*. 5 Tomos, Lisboa: Academia Real das Ciências, 1860-1896; RIBEIRO, Cândida Fernanda, *O acesso à informação nos arquivos...*, pp. 277, 292-298.

<sup>45</sup> Sobre a relação dos historiadores do século XIX com o período medieval, consulte-se, a título de exemplo: CATROGA, Fernando, “Alexandre Herculano e o historicismo romântico”, in TORRALBA, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado; CATROGA, Fernando, *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX*. Lisboa: Circulo de Leitores, 1996, pp. 39-85; MATOS, Sérgio Campos, *Historiografia e Memória Nacional. 1846-1898*. Lisboa: Edições Colibri, 1998; GODINHO, Vitorino Magalhães, “Herculano, o cidadão e o historiador no mundo do progresso”, in *Alexandre Herculano. O Cidadão e o Historiador*. Vol. II: *Antologia org.* GODINHO, Vitorino Magalhães e DIAS, Eurico Gomes. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010, pp. 7-96; COELHO, Maria Helena da Cruz, “Alexandre Herculano: a história, os documentos e os arquivos no século XIX”, *Revista Portuguesa de História*, N.º 42, (2011), pp. 62-84.

<sup>46</sup> HERCULANO, Alexandre, *História de Portugal desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III*, prefácio e notas críticas de José MATTOSO. Tomo IV. Lisboa: Livraria Bertrand, 1980, p. 34; COELHO, Maria Helena da Cruz, “Alexandre Herculano...”, pp. 73-74.

de missões mais sistemáticas aos arquivos concelhios do reino a fim de identificar e, eventualmente, publicar os seus documentos mais antigos. Por exemplo, entre 1853 e 1854, nas deslocações aos arquivos para a preparação dos futuros *Portugaliae Monumenta Historica*, Herculano percorreu sobretudo os monásticos situados na Beira e no Minho, sendo as únicas exceções os acervos municipais de Penacova, Lousã e de algumas terras ribacudanas<sup>47</sup>.

Na verdade, até à década de 1970, os investigadores concentraram-se normalmente a organizar, inventariar e publicar documentos conservados num determinado arquivo municipal, sobretudo os ligados aos principais núcleos urbanos, como Lisboa, Évora, Guimarães, Coimbra, Elvas, Viseu, Funchal, Braga e Porto<sup>48</sup>. Foram raros os que procuraram adotar um espaço de observação mais amplo, como, por exemplo, uma região, como fizeram Luís de Figueiredo da Guerra para o Alto Minho<sup>49</sup> e Alberto Iria para o Algarve<sup>50</sup>. Em 1975, aquando do colóquio *Papel das Áreas Regionais na Formação Histórica de Portugal* organizado pela Academia Portuguesa de História, António Banha de Andrade publicou um estudo intitulado *Arquivos municipais*, procurando apresentar uma visão global destes núcleos documentais no país. O trabalho socorreu-se e atualizou as informações fornecidas por João Pedro Ribeiro, o que contribuiu para conhecer melhor novos e antigos acervos para o estudo do período medieval<sup>51</sup>. Este trabalho levou a Academia a criar um projeto destinado a elaborar “catálogos dos Arquivos Municipais Portugueses” e, no ano seguinte, foi publicado o primeiro volume do *Roteiro dos Arquivos Municipais Portugueses*. O livro incidia sobre os arquivos municipais de Elvas, Viana do Castelo e Vila do Conde, contando cada um com acervos do período medieval<sup>52</sup>. Esta iniciativa, porém, não teve continuidade.

<sup>47</sup> AZEVEDO, Pedro de, “Jornadas de Alexandre Herculano”, *Boletim da Segunda Classe da Academia Real das Ciências*, vol. III, fasc. 3, (Março de 1910), p. 175; AZEVEDO, Pedro de, “Apontamentos de viagem de Herculano pelo país em 1853 e 1854”, *Archivo Historico Portuguez*, Vol. IX, (1914), pp. 402-432. COELHO, Maria Helena da Cruz, “Alexandre Herculano...”, pp. 73-74.

<sup>48</sup> Sobre a organização dos arquivos municipais portugueses entre o século XIX e a década de 1970, leia-se: ANDRADE, António Banha de, “Os Arquivos Municipais”, in *Papel das Áreas Regionais na Formação Histórica de Portugal*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1975, pp. 143-184; RIBEIRO, Cândida Fernanda, *O acesso à informação nos arquivos...*, pp. 289-312. No que toca às coletâneas documentais publicadas com documentação de arquivos municipais neste período, consulte-se: GOMES, Saul António, “The Editions of Archival Sources and Documents”, in MATTOSO, José (dir.); ROSA, Maria de Lurdes et al. (coords.), *The historiography of medieval Portugal (c. 1950-2010)*. Lisboa: IEM, 2011, pp. 32-33.

<sup>49</sup> GUERRA, Luís de Figueiredo da, “Os Arquivos do Alto Minho”, *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, 2ª série, N.º 2, (1921), pp. 237-238.

<sup>50</sup> Para além das obras que temos vindo a citar deste investigador, consulte-se ainda: IRIA, Alberto, *O Algarve nas cortes medievais portuguesas do século XIV (subsídios para a sua história)*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1982; Idem, *O Algarve nas cortes medievais portuguesas do século XV, subsídios para a sua história (1404-1449)*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1990.

<sup>51</sup> ANDRADE, António Banha de, “Os Arquivos Municipais...”, pp. 143-184.

<sup>52</sup> *Roteiro dos arquivos municipais portugueses*. Vol. 1: *Elvas, Viana do Castelo, Vila do Conde*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1976.

Com efeito, foi necessário aguardar pelas décadas seguintes para que os historiadores, em particular os medievalistas, e arquivistas passassem a dispor de uma visão e reflexão mais global e atualizada sobre os arquivos concelhios portugueses com documentação medieval, a sua organização e conteúdo. Esta mudança deveu-se a uma renovação das metodologias e problemáticas no âmbito dos estudos sobre o poder municipal<sup>53</sup>, bem como à afirmação da história urbana, onde se destacou a ação de A. H. Oliveira Marques. Com efeito, entre 1979 e 1992, em dois artigos metodológicos sobre o estudo da cidade medieval portuguesa e nas redições do *Guia do Estudante de História Medieval*, Oliveira Marques identificou os principais arquivos municipais com dados para o estudo da Idade Média, refletindo sobre as suas assimetrias espaciais, temporais e de tipologias documentais<sup>54</sup>. O investigador alertava que o número de acervos concelhios era reduzido e que a documentação emitida pelos municípios se tinha perdido na sua quase totalidade<sup>55</sup>, sendo pouco significativo o número de livros de acórdãos das vereações, de receita e despesa e orfanológicos, entre outros<sup>56</sup>.

Décadas mais tarde, em 2011, Amélia Aguiar Andrade, Adelaide Millan Costa<sup>57</sup> e Maria Helena da Cruz Coelho<sup>58</sup>, levando em conta um maior volume de estudos sobre os núcleos urbanos portugueses e de edições documentais, corroboraram e complementaram a visão de Oliveira Marques sobre as fontes concelhias disponíveis para a história urbana. Contudo, salientaram vários casos em que a reorganização de arquivos centrais e locais<sup>59</sup> e, até mesmo, a aquisição de alguns

<sup>53</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz, “Municipal power...”, pp. 209-230; ANDRADE, Amélia Aguiar e COSTA, Adelaide Millán da, “Medieval portuguese towns: the difficult affirmation of a historiographical topic”, in MATTOSO, José (dir.); ROSA, Maria de Lurdes et al. (coords.), *The historiography of medieval Portugal (c. 1950-2010)*. Lisboa: IEM, 2011, pp. 283-301.

<sup>54</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira, “Cidades medievais portuguesas (algumas bases metodológicas gerais)”, *Revista de História Económica e Social*. N.º 9, (1982), pp. 1-16; Idem, “As cidades portuguesas nos Finais da Idade Média”, *Penélope. Fazer e Desfazer a História*. N.º 7, (1992), pp. 27-34. O guia registou três edições (1964, 1979, 1988). Na segunda e terceira edição, o autor não só atualizou a informação sobre os arquivos municipais com documentação medieval, como também alargou o número de acervos documentais disponíveis, através da incorporação dos resultados dos estudos realizados, como o de António Banha de Andrade. Idem, *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*. 3ª edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.

<sup>55</sup> Idem, “Cidades medievais portuguesas (algumas bases metodológicas gerais)”, pp. 3-11; Idem, *Guia do Estudante...*, pp. 151-240; Idem, “As cidades portuguesas nos Finais...”, p. 28.

<sup>56</sup> Sobre este assunto, leia-se ainda: COELHO, Maria Helena da Cruz, “Municipal power...”, p. 24.

<sup>57</sup> ANDRADE, Amélia Aguiar e COSTA, Adelaide Millán da, “Medieval portuguese towns...”, pp. 283-301.

<sup>58</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz, “Municipal power...”, pp. 209-230.

<sup>59</sup> No campo da arquivística, cabe destacar o recenseamento dos arquivos locais coordenado por José Mariz, entre 1995 e 2004, o qual resultou em dezassete volumes, ocupando-se cada um de um distrito. Beja é o único que ainda se encontra por publicar. MARIZ, José (coord.), *Recenseamento dos Arquivos Locais - Câmaras Municipais e Misericórdias*. Lisboa: ANTT, 1995-2007, 17 vols. Para os arquivos dos Açores e Madeira, consulte-se, entre outros: SANTOS, *Os Açores nos Séculos XV e XVI*, Angra do Heroísmo: Direção Regional dos Assuntos Culturais, 1989, vol. 1, pp. 27-30; MEDEIROS, Pedro, “Os Arquivos da Região Autónoma dos Açores”, in VIEIRA, Alberto (ed.), *Os arquivos insulares: (Atlântico e Caraíbas) Actas*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1997, pp. 187-199; BARROS, Maria Fátima e JARDIM, Gastão, “Arquivo Regional da Madeira a memória insular portuguesa”, in *ibidem*, pp. 201-225; PEREIRA, Ana Cristina Moscatel e GREGÓRIO, Rute Dias, *Guia de Fundos de Arquivo: Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada*, Ponta Delgada: Biblioteca Pública e Arquivo

documentos a particulares<sup>60</sup>, tinham permitido identificar, organizar e recuperar acervos desconhecidos ou até então considerados como perdidos, muitas vezes por se encontrarem mal catalogados<sup>61</sup>. As investigadoras sinalizaram também os contributos mais recentes para o estudo da escrita, representação e memória concelhia.

Entre 2011 e 2022, as dissertações de mestrado e doutoramento realizadas sobre vilas e cidades medievais<sup>62</sup> e arquivos municipais<sup>63</sup>, a publicação e edição de fontes concelhias<sup>64</sup> e a reorganização e maior investimento nos arquivos continuaram

---

Regional de Ponta Delgada, 2015; GREGÓRIO, Rute Dias, “Os Arquivos dos Açores e a História: uma atualização de enunciados de problemas (1997-2017)”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, vol. 26, (2017), pp. 25-50; SANTOS, Avelino e ROCHA, Elmiro, *Guia de Fundos da Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro*, Angra: Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro, 2019.

<sup>60</sup> É disso exemplo o tombo dos bens móveis e de raiz da Casa da Câmara e do Concelho de Beja. FERNANDES, Hermenegildo, *Organização do espaço e sistema social no Alentejo medieval. O caso de Beja*. Lisboa: s.n., 1991. Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à FCSH/UNL, policopiado, pp. 21-23.

<sup>61</sup> É disso exemplo o caso do tombo de Óbidos encontrado por Manuela Santos Silva no arquivo municipal da localidade e publicado neste volume. SILVA, Manuela Santos, *Óbidos e a sua região na baixa Idade Média*. Lisboa: s.n., 1996, Dissertação apresentada à FLUL para a obtenção do grau de Doutor em História, policopiada, 3 vols. Por sua vez, o tombo de Sesimbra, cuja edição se encontra para breve, parece mesmo ter saído do arquivo camarário durante algum tempo. Sobre este cartulário, leia-se: OLIVEIRA, José Augusto, *Na península de Setúbal, em finais da Idade Média: organização do espaço, aproveitamento dos recursos e exercício do poder*. Lisboa: FCG, 2013; PINTO, Pedro, e RODRIGUES, Fernanda (eds.), *Tombo da vila de Sesimbra: o legado*, Vol. I. Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra, 2024. Após 2010, leia-se, por exemplo, o recenseamento documental realizado por Pedro Pinto para no arquivo de Santarém: PINTO, Pedro, “Documentação avulsa medieval e moderna do Arquivo Histórico Municipal de Santarém - primeira parte (D. Afonso III a D. João III)”, *Mátria Digital* 2 N.º 2, Suplemento, (2014), pp. 1-40.

<sup>62</sup> Sendo já vários os estudos, indicamos apenas a título de exemplo: FIALHO, Manuel, *Mutação Urbana na Lisboa Medieval. Das Taifas a D. Dinis*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2022; SERRA, Joaquim Bastos, *Governar a cidade e servir o rei: a oligarquia concelhia de Évora em tempos medievais (1367-1433)*. Évora: CIDEHUS, 2018; RIBEIRO, Marco Alexandre, *As Atas de Vereação do Porto de 1485 a 1488. Leitura Paleográfica, Publicação e Estudo Prévio*, Porto: s.n., 2019, Dissertação de Mestrado em Estudos Medievais, policopiada; SILVA, Gonçalo Melo da, *As Portas do Mar Oceano: Vilas e Cidades Portuárias do Algarve na Idade Média (1249-1521)*...; SILVEIRA, Ana Cláudia, *Setúbal, um pólo de poder da Ordem Militar de Santiago no final da Idade Média*. Lisboa: s.n., 2022, Tese de Doutoramento em História – Área de Especialização em História Medieval, policopiada.

<sup>63</sup> LAMEIRINHAS, Catarina Sofia Barbosa, “O Fundo Cartas Régias” do Arquivo Municipal de Viana do Castelo. Porto. s.n., 2013, Dissertação de Mestrado em Estudos em História e Património – Ramo de Arquivos Históricos apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiada.

<sup>64</sup> Não sendo possível recensear aqui todas, e para além das referidas anteriormente, consulte-se por exemplo: VIEGAS, Inês Morais e GOMES, Marta (coords.), *Livro dos Pregos*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2016; MACHADO, Maria de Fátima, *Fundo dos Órfãos de Loulé – Séculos XV e XVI*. Loulé: Câmara Municipal de Loulé, 2016. Foram ainda publicados de forma avulsa documentos dos arquivos concelhos medievais do Porto, Évora, Bragança, Portalegre, Manteigas, Lousã e Loulé, na revista *Fragmenta Histórica - História, Paleografia e Diplomática*. Pedro Pinto publicou também uma listagem da documentação do arquivo concelhio de Penamacor destruída pelos franceses, entre 1810 e 1812, a qual refere alguns escritos medievais perdidos. PINTO, Pedro, “Relação do que foi destruído pelos franceses no cartório do concelho de Penamacor (1816)”, *Fragmenta Histórica - História, Paleografia e Diplomática* N.º 9, (2021), pp. 281-282. De igual, e seguindo uma tendência anterior, continuaram a ser editados os forais atribuídos a localidades, aproveitando, com frequência, os ciclos comemorativos em torno da data de outorga da carta de foral. Entre os vários possíveis de elencar, recordamos: REIS, António Matos, *Portugaliae Monumenta Historica. A saeculo octavo post christvm vsqve ad qvintvmdccimvm ivssv Academiae Scientiarvm Olisiponesis Edita, LEGES ET CONSVETVDINES: Forais e Cartas de Povoamento: 1.ª parte, 1050-1248*, Nova Série, Vol. IX/1, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2017; COELHO, Maria Helena da Cruz, *Foral de Antuã. Estudo Diplomático e Contexto Histórico*. Estarreja: Município de Estarreja, 2021; GOMES,

a contribuir para tornar conhecido e mais acessível novos registos documentais. Atualmente, dos mais de 400 concelhos que existiam em Portugal continental nos finais da Idade Média<sup>65</sup>, sabemos que, pelo menos, 43 conservam ainda documentos dos seus acervos concelhios produzidos até 1521, em arquivos e bibliotecas municipais e distritais, como revela a Fig. 2<sup>66</sup>. Nos arquipélagos atlânticos, somam-se, pelo menos, dois nos Açores (Praia da Vitória e Ponta Delgada) e três na Madeira (Funchal, Santa Cruz e Calheta), como demonstram as Fig. 3 e 4. Perfazem, assim, um total de 48 vilas e cidades com documentos dos concelhos até ao final do reinado de D. Manuel. Este valor é mais animador do que o número que conhecíamos décadas atrás, mas encontra-se ainda longe de poder ser assumido como um cômputo final, uma vez que o labor dos historiadores continua a potenciar a descoberta de novos diplomas, por vezes, como fragmentos, como bem revela o caso recente de Aljezur<sup>67</sup>. Recordamos que a este grupo podem ainda ser adicionados alguns documentos e, até mesmo, acervos concelhios medievais que foram incorporados, na sua totalidade ou de forma parcial, em outras instituições, como os de Silves e Santarém na Torre do Tombo<sup>68</sup> e o de Montemor-o-Novo na Biblioteca Nacional<sup>69</sup>.

Nos arquivos municipais, distritais e regionais, os documentos dos concelhos medievais encontram-se depositados em vários fundos, consoante a sua tipologia, como acontece para os casos do Porto, Lisboa e Loulé, ou apenas num, muitas vezes denominado de *Coleção de Pergaminhos*, como se verifica no Sardeal e em Torre de Moncorvo. Em alguns casos, os testemunhos escritos originais perderam-se, conservando-se apenas as suas cópias em tombos, mandados elaborar no período medieval, como Óbidos, e, quase sempre, na época moderna, como testemunham os

---

Saul António (coord.); RODRIGUES, Mário Rui Simões; CARRILLO, José Antonio Gonzales, *Foral Manuelino de Olivença. 1510*. 2 vols. Cáceres: Universidad de Extremadura e Diputación de Badajoz, 2021; COELHO, Maria Helena da Cruz (coord.), *Forais de D. Dinis*, Lisboa: IN-CM, 2022. Disponível em: [https://impresanacional.pt/wp-content/uploads/2022/10/AF\\_Forais-D.-Dinis.pdf](https://impresanacional.pt/wp-content/uploads/2022/10/AF_Forais-D.-Dinis.pdf) [27/07/2023]. Atualmente, encontra-se a ser desenvolvida a edição em TEI de forais medievais portugueses no âmbito do projeto *iForal. Forais portugueses medievais. Uma perspetiva histórica e linguística na era digital*, coordenado por Filipa Rodão e Joana Serafim.

<sup>65</sup> Para uma visão global do número de concelhos em Portugal nos finais da Idade Média, consulte-se os resultados apurados a partir do *Numeramento de 1527-1532*. DIAS, João José Alves, *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*. Lisboa: FCG-JNICT, 1996, pp. 503-546.

<sup>66</sup> Este valor foi apurado através da leitura da bibliografia referida ao longo deste texto, da investigação nos arquivos referidos e informações gentilmente cedidas pelo colega e amigo Pedro Pinto, a quem muito agradecemos.

<sup>67</sup> É disso exemplo o caso de Aljezur. OLIVEIRA, Luís Filipe; PINTO, Pedro; MARTINS, Diana, *A Justiça do Rei, o Concelho e o Comendador de Aljezur (séc. XIV)*, Aljezur: Município de Aljezur, 2022.

<sup>68</sup> PINTO, Pedro, “Documentação avulsa medieval e moderna do Arquivo Histórico Municipal de Santarém - primeira parte (D. Afonso III a D. João III)...”, p. 1, nota 2. Os documentos de Silves deram origem ao maço 4 do fundo do *Suplemento de Cortes*, tendo alguns sido publicados por Alberto Iria. IRIA, Alberto, *O Algarve nas cortes medievais portuguesas do século XIV (subsídios para a sua história)*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1982; IRIA, Alberto, *O Algarve nas cortes medievais portuguesas do século XV, subsídios para a sua história (1404-1449)*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1990.

<sup>69</sup> Agradecemos esta indicação ao Pedro Pinto.

casos de Castelo de Vide, Miranda do Douro, Tavira e, nos Açores, Praia da Vitória<sup>70</sup>. Embora tenham existido grandes avanços nos últimos 40 anos nos arquivos locais e regionais, continuam a existir fortes assimetrias a nível de acomodação, organização e acesso aos registos medievais. Enquanto em algumas instituições contamos com os espólios documentais bem organizados e acondicionados, instrumentos de descrição fiáveis, edições e, por vezes, reproduções digitalizadas dos documentos em acesso aberto e gratuito, em outros casos a existência de um destes elementos, quanto mais a sua conjugação, são ainda difíceis de encontrar e podem mesmo representar uma miragem. Este cenário dificulta, assim, o conhecimento, a recuperação e o acesso à informação conservada, potenciando a duplicação de esforços e, por vezes, quase fazendo recordar as palavras de Alexandre Herculano, na sua *História de Portugal*: “quem se ocupar da história portuguesa há-de sepultar-se nos arquivos”<sup>71</sup>.

Assim, o projeto *MEDDOCS: Digital Edition of Portuguese Medieval Documents* lança agora a coleção *Documentos dos Concelhos Medievais Portugueses*, a fim de contribuir para uma edição mais sistemática, coesa e acessível da documentação dos municípios portugueses inédita, desde as suas origens a 1521, conservada nos arquivos municipais e distritais. O formato de edição adotado foi o *digital*<sup>72</sup>, sendo publicada uma versão impressa sempre que o apoio de outras instituições o permitir. Os exemplares editados serão disponibilizados no Repositório da Universidade Nova de Lisboa para respeitar os princípios da Ciência Aberta e FAIR, as boas práticas seguidas atualmente no tratamento e publicação de textos históricos e potenciar a disseminação dos testemunhos escritos junto da comunidade científica e da sociedade civil, sobretudo do público escolar. A escolha da documentação a editar tem em linha de conta o cumprimento dos seguintes critérios, embora a eles não se limite: I) privilegiar documentos preservados em arquivos localizados em áreas consideradas periféricas, afastadas dos estabelecimentos de ensino superior e unidades de investigação e sem recursos técnicos e humanos suficientes para o realizar; II) promover sinergias entre investigadores a fim de potenciar o

<sup>70</sup> *Livro do tombo da Câmara da Vila da Praia (1450-1666)*, MARTINHEIRA, José Sintra; Leite, José Guilherme Reis; Faria, Manuel Augusto de (eds.), Praia da Vitória: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2005.

<sup>71</sup> HERCULANO, Alexandre, *História de Portugal...*, vol. 1, p. 19.

<sup>72</sup> O conceito de *edição digital* continua ainda a ser um debater aceso entre os investigadores e, não raras vezes, livre de controvérsias. Enquanto uns assumem uma conceção mais lata, outros preferem reservar a expressão apenas para edições que ultrapassam a página como modelo de apresentação dos resultados e incorporem novos métodos, como *Text Encoding Initiative* (TEI). Sobre isso leia-se, por exemplo: PIERAZZO, Elena, *Digital Scholarly Editing Theories, Models and Methods*. New York: Routledge, 2015, pp. 15-17; SAHLE, Patrick, “2. What is a Scholarly Digital Edition?”, in MATTHEW, James Driscoll e PIERAZZO, Elena (dir.), *Digital scholarly editing. Theories and Practices* Cambridge: Open Book Publishers, 2017, pp. 19-39. Sobre os desafios do TEI na edição de documentos medievais, consulte-se: BUCHHOLZER, Laurence, “Les comptabilités municipales en terres d’Empire. Un bilan historiographique”, *Comptabilités* [En ligne], N.º 13: *Les comptabilités médiévales en terres d’Empire: typologie et perspectives de recherche (XIII<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècle)*, (2020), p. 10. (Consultado a 10 de setembro de 2021); VOGELER, Georg, “Warum werden mittelalterliche und frühneuzeitliche Rechnungsbücher eigentlich nicht digital ediert?”, BAUM, Constanze e STÄCKER, Thomas (dir.), *Grenzen und Möglichkeiten der Digital Humanities*, Wolfenbüttel, 2015.

trabalho já realizado sobre os testemunhos escritos a editar; III) fomentar o estudo e reflexão sobre tipologias dos documentos dos concelhos menos exploradas pela historiografia portuguesa; IV) apostar na disponibilização de registos documentais mais expressivos para compreender e estudar o período medieval e a sua utilização nas épocas seguintes.

Neste contexto, entre os documentos dos concelhos medievais ainda inéditos preservados em arquivos municipais e distritais, como livros de vereação, de contabilidade, diplomas avulsos e tombos concelhios, optamos por orientar os nossos esforços, num primeiro momento, para a edição destes últimos, começando pelos de Óbidos (séc. XV) e Castelo de Vide (séc. XVI), a que se seguirão os de Miranda do Douro e Tavira, ambos elaborados no século XVIII. Os medievalistas portugueses utilizaram com alguma frequência tombos municipais, tanto do período medieval, como do moderno, no decorrer das suas investigações, mas raramente os escolheram como objeto do seu estudo<sup>73</sup>, como foi o caso dos livros de vereação. Este cenário, na verdade, compagina-se com o que se verificava até recentemente para outras historiografias europeias, como a francesa<sup>74</sup>. Os tombos, espelhando o que se já se conhece para outros cartulários, requerem um exame minucioso e cuidados acrescidos. Embora a edição destes testemunhos escritos seja mais morosa, consideramos que a sua transcrição e estudo contribuirão para ajudar a esclarecer algumas questões sobre estes códices, como, por exemplo, os processos de seleção e cópia dos documentos, a sua utilização pelo concelho como instrumentos de memória e identidade e o papel e presença de outros poderes, como a Coroa, na elaboração dos cartulários concelhios.

Conquanto num segundo momento a coleção ainda possa vir a editar outros tombos municipais, como os de Faro, Moura e Pinhel, pretendemos publicar também nos volumes seguintes outro tipo de documentos inéditos, como livros de receita e despesa e núcleos de documentação avulsa. Esperamos, assim, mais do que apenas disponibilizar os escritos editados, contribuir para uma reflexão sobre as tipologias dos documentos ligados aos concelhos, a sua evolução, o discurso diplomático empregue, os poderes e agentes envolvidos na sua elaboração e a sua literacia, os percursos de circulação das escrituras, a forma como foram conservadas e os atos escritos ao serviço da governança concelhia. Um caminho que poderá ajudar a conhecer melhor a documentação, a memória e a herança escrita dos concelhos medievais portugueses.

<sup>73</sup> São disso exceções os estudos elencados na nota 21.

<sup>74</sup> Leia-se sobre este assunto: FIANU, Kouky e HÉBERT, Michel, "Introduction", *Memini*, N.º 12: *L'écrit et la ville*, (2008), pp. 7-21; BOURLET, Caroline, "Cartulaires municipaux du nord de la France: quelques éléments pour une typologie", *ibidem*, pp. 23-41; HÉBERT, Michel, "Les cartulaires municipaux de Provence à la fin du Moyen Âge. Jalons pour une enquête", *ibidem*, pp. 43-83.

**Documentos  
dos concelhos  
medievais**

**1. Documentos constitutivos:**

- 1.1. Forais
- 1.2. Carta de confirmação de foral
- 1.3. Privilégios (ex: régios e senhoriais)
- 1.4. Cartas de concessão de termo

**2. Regime interno:**

- 2.1. Livros de vereação
- 2.2. Livros de receita e despesa
- 2.3. Outros livros contabilísticos
- 2.4. Tombos de propriedades
- 2.5. Tombos (enquanto cartulários municipais contendo diferentes tipologias documentais, como privilégios, sentenças e compromissos)
- 2.6. Inventários (ex: de documentação, de armas)
- 2.7. Cadernos de impostos

**3. Relação do concelho:**

**3.1. Relação com os moradores**

- 3.1.1. Documentos normativos
  - 3.1.1.1. Posturas
  - 3.1.1.2. Foros, usos e costumes
  - 3.1.1.3. Pregões

3.1.2. Concessões

- 3.1.2.1. Privilégios
- 3.1.2.2. Cartas de vizinhança
- 3.1.2.3. Procurações

3.1.3. Mandatos

3.1.4. Documentos económicos:

- 3.1.4.1. Cartas de obrigação
- 3.1.4.2. Cartas de quitação
- 3.1.4.3. Cartas de venda
- 3.1.4.4. Cartas de doação
- 3.1.4.5. Cartas de escambo

3.1.5. Documentos jurídicos

- 3.1.5.1. Inquirições
- 3.1.5.2. Sentenças
- 3.1.5.3. Cartas de tutoria

**3.2. Relação com não moradores**

3.2.1. Com superiores

- 3.2.1.1. Comunicados
- 3.2.1.2. Súplicas
- 3.2.1.3. Compromissos
- 3.2.1.4. Capítulos de cortes
- 3.2.1.5. Documentos económicos:
  - 3.2.1.5.1. Cartas de quitação
  - 3.2.1.5.2. Cartas de venda
  - 3.2.1.5.3. Cartas de doação
  - 3.2.1.5.4. Cartas de escambo

3.2.1.6. Documentos jurídicos

- 3.2.1.6.1. Inquirições
- 3.2.1.6.2. Sentenças

3.2.2. Com iguais

- 3.2.2.1. Comunicados
- 3.2.2.2. Súplicas
- 3.2.2.3. Compromissos
- 3.2.2.4. Cartas de delimitação do termo
- 3.2.2.5. Cartas de irmandade e vizinhança com outro(s) concelho(s)
- 3.2.2.6. Carta de criação de coutadas inter-municipais
- 3.2.2.7. Documentos económicos:
  - 3.2.2.7.1. Cartas de quitação
  - 3.2.2.7.2. Cartas de venda
  - 3.2.2.7.3. Cartas de doação
  - 3.2.2.7.4. Cartas de escambo

3.2.2.8. Documentos jurídicos

- 3.2.2.8.1. Inquirições
- 3.2.2.8.2. Sentenças

**4. Documentos de instituições incorporadas**

Fig. 1 – Proposta de organização das tipologias dos documentos dos concelhos medievais portugueses (sécs. XIV e XV).

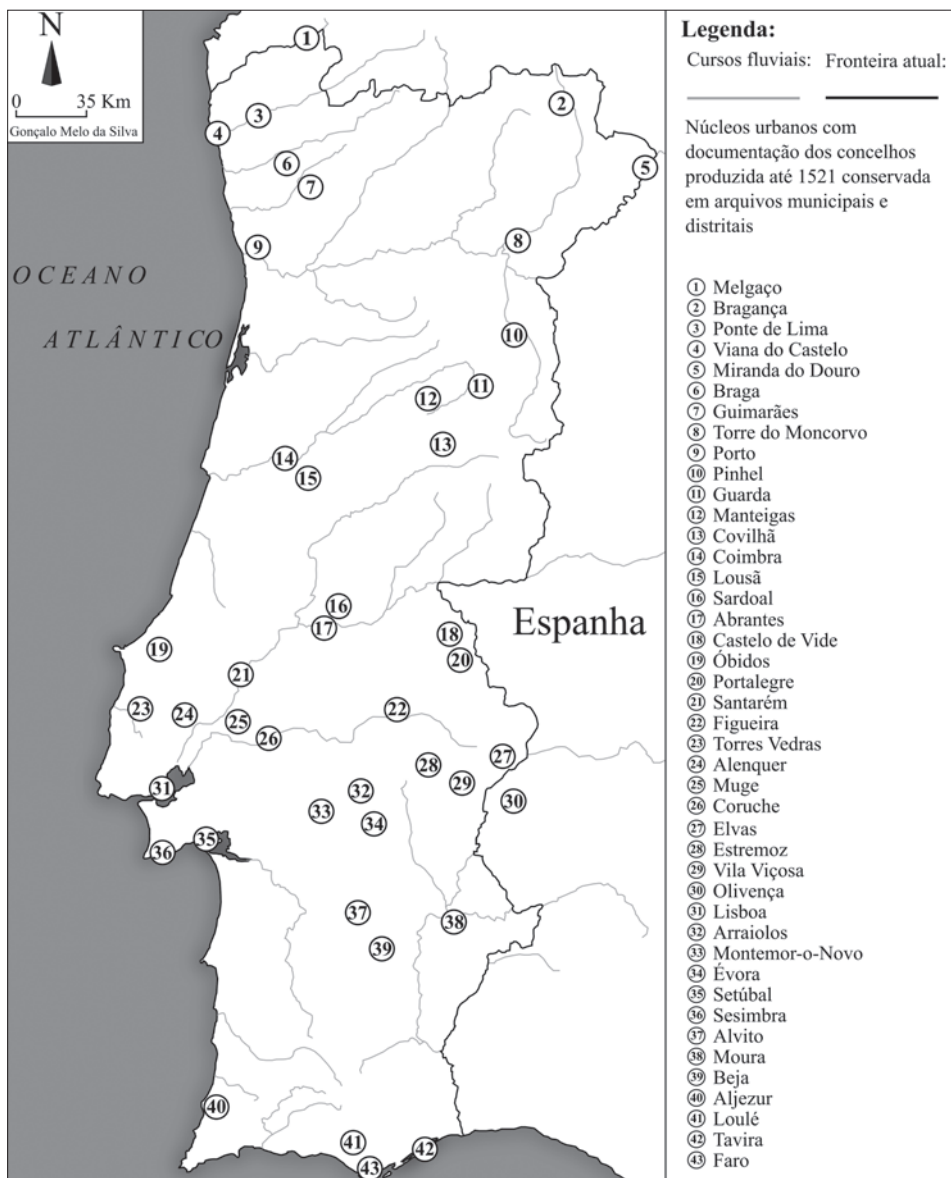


Fig. 2 – Vilas e cidades em Portugal continental com documentação dos concelhos até 1521 conservada em arquivos municipais e distritais.

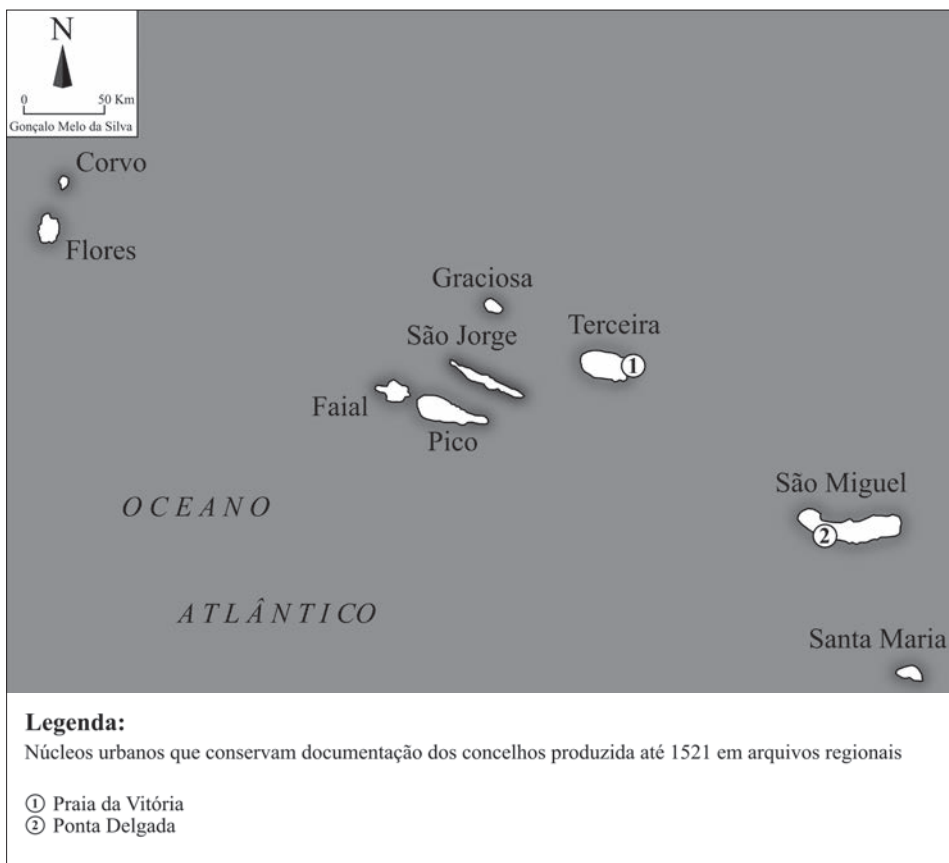


Fig. 3 – Núcleos urbanos dos Açores com documentação dos concelhos até 1521 guardada em arquivos regionais.



Fig. 4 - Núcleos urbanos da Madeira com documentação dos concelhos até 1521 conservada em arquivos regionais.